

PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

SUSTAINABLE DEVELOPMENT PRACTICES IN CONSERVATION UNITS

Recebido em 27.09.2021 Aprovado em 15.11.2021

Avaliado pelo sistema double blind review

DOI: <https://doi.org/10.12712/rpca.v15i4.51768>

Marianne Corrêa dos Santos

mari.correa@aluno.uece.br

Programa de Pós-Graduação em Administração/Universidade Estadual do Ceará–Fortaleza/Ceará, Brasil

Francisco Roberto Pinto

roberto.pinto@uece.br

Programa de Pós-Graduação em Administração/Universidade Estadual do Ceará–Fortaleza/Ceará, Brasil
0000-0003-2559-1524

Felipe Roberto da Silva

felipe.roberto@aluno.uece.br

Programa de Pós-Graduação em Administração/Universidade Estadual do Ceará–Fortaleza/Ceará, Brasil
0000-0001-7902-4432

Resumo

Este estudo busca identificar se os meios de hospedagem de Barra Grande e Jericoacoara têm adotado práticas de sustentabilidade sob a ótica das quatro dimensões, visto que estão inseridos em Unidades de Conservação. Como estratégia da pesquisa, fez-se uso de amostragem por casos múltiplos e os dados foram analisados pela técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011). Os achados evidenciam que, das dimensões de sustentabilidade implementadas nos meios de hospedagem, a dimensão ambiental é a que se encontra mais estruturada, na maioria deles, pois apresenta práticas de redução do consumo de energia e água e preservação do meio ambiente.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Áreas de preservação ambiental. Turismo sustentável. Gestão sustentável.

Abstract

This study seeks to identify whether the lodging facilities in Barra Grande and Jericoacoara have adopted sustainability practices from the perspective of the four dimensions, as they are parts of Conservation Units. The research strategy was a multiple case sampling, and Bardin's content analysis technique (2011) was the technique used for data analysis. The findings show that – considering the sustainability dimensions implemented in the lodging facilities – the environmental dimension is the best structured, in the largest number of cases, as it presents practices for reducing energy and water consumption and preserving the environment.

Keywords: Sustainability. Environmental preservation areas. Sustainable Tourism. Sustainable management.

Introdução

O desenvolvimento econômico evidenciou não só o crescimento populacional e a multiplicidade de atividades humanas, como impulsionou uma integração ao comércio internacional que resultou em distorções quanto ao uso, apropriação e conservação dos recursos naturais (Marangon et al., 2004). A repercussão dessas distorções no mundo acentuou a preocupação quanto ao modo como as nações irão progredir, indicando a necessidade de um novo padrão de aperfeiçoamento que direcione um crescimento econômico alicerçado numa base social e ambiental, alinhado à preservação dos recursos naturais (Kushwaha & Sharma, 2016). Por isso, quaisquer atividades econômicas devem respeitar o equilíbrio com os pilares da sustentabilidade, sabendo que ignorar estas expectativas compromete as necessidades das gerações futuras (Bellen, 2004).

Nesse contexto, as atividades associadas ao setor de turismo merecem atenção, visto que o funcionamento deste setor está atrelado à exploração dos recursos naturais, provocando uma enorme complexidade de efeitos positivos e negativos que, segundo Peres Jr. e Rezende (2011), caso não haja planejamento e operacionalização alinhando-os ao desenvolvimento sustentável, o potencial de agressão pode ter um efeito grandioso, seja nos recursos naturais ou nos aspectos socioculturais e econômicos das regiões receptoras. Dentro desse cenário, observa-se que o desenvolvimento dessa nova consciência voltada para as questões socioambientais, percebida nas diferentes camadas e setores da sociedade, acaba por envolver também o setor dos meios de hospedagem, por sua responsabilidade em fazer da sustentabilidade parte integrante de suas metas, visto que depende da qualidade do meio ambiente para desenvolver suas atividades (Ferreira, 1999).

Contudo, apesar do crescente número de estudos acerca de gestão socioambiental (Seiffert, 2014; Tachizawa, 2004), da análise de diversos autores sobre o papel dos hotéis segundo a visão dos clientes no desenvolvimento e realização de práticas sustentáveis (Souza et al., 2016; Souza, Sobral & Melo, 2015), bem como da existência de estudos a respeito de iniciativas em hotéis dentro do espectro de pesquisas sobre sustentabilidade (Souza, Melo & Sobral, 2015; Felix & Santos, 2013; Peres Jr. & Rezende, 2011; Santos, Souza & Barbosa, 2005; Ferreira, 1999), observa-se que, em sua maioria, as pesquisas estão centradas particularmente na mensuração das práticas ambientais (Shanti, 2016; Erdogan & Baris, 2007; Mensah, 2006; Thongkao, 2002). Portanto, o atual cenário evidencia uma carência significativa de trabalhos analíticos, no Brasil, que considerem as práticas ambientais de um setor específico de empresas. Tendo em vista que não há relatos na literatura sobre estudos que retratem diferenças e semelhanças na adoção de práticas sustentáveis de meios de hospedagem inseridos em unidades de conservação, este estudo motiva-se desta carência e assume que dá sua contribuição, apresentando uma visão integrada de aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais que influenciam o desenvolvimento sustentável, promovendo uma melhora nas políticas públicas de turismo para as empresas inseridas nas duas áreas estudadas.

Sendo assim, esta pesquisa se norteia pela seguinte questão de pesquisa: Como os meios de hospedagem de Barra Grande e Jericoacoara, têm adotado práticas de sustentabilidade sob a ótica das quatro dimensões?

Logo, o presente trabalho tem como objetivo identificar se os meios de hospedagem de Barra Grande e Jericoacoara têm adotado práticas de sustentabilidade sob a ótica das quatro dimensões (econômica, social, ambiental e cultural). Destarte, a proposta consiste em pesquisar a forma com que as empresas de hospedagem trabalham as práticas de sustentabilidade, uma vez que se pretende comparar esses equipamentos em duas localidades: Jericoacoara (CE) e Barra Grande (PI).

A escolha do lócus da pesquisa decorre da suposição de que em ambas as localidades os estabelecimentos trabalhem o desenvolvimento de forma sustentável, pois estão inseridas em áreas de preservação ambiental.

Dimensões de sustentabilidade

A Organization for Economic Co-operation and Development (OECD, 1993) destaca que o desenvolvimento sustentável contempla três dimensões – a econômica, a social e a ambiental – apoiadas numa dimensão considerada transversal a todo o processo, ou seja, a dimensão institucional composta pelas formas de governo, legislação, organizações e sociedade civil, pois são considerados agentes aceleradores do processo de desenvolvimento. Esta visão decorre do modelo Triple Bottom Line, proposto por Elkington (2012).

Para Werbach (2010), a sustentabilidade tem quatro dimensões, igualmente importantes: Econômica - ações que dizem respeito a como as pessoas e as empresas satisfazem suas necessidades; Social - ações e condições que afetam todos os membros da sociedade; Ambiental - ações e condições que afetam a ecologia da Terra; Cultural - Ações por meio das quais as comunidades manifestam sua identidade e cultivam tradições de geração em geração. De igual modo, Landry (2013), acrescenta a dimensão cultural às três dimensões do modelo de Elkington (2012). Esta inclusão interessa particularmente para este estudo, tendo em vista a possibilidade de haver ganhos ou perdas culturais, em decorrência do funcionamento dos estabelecimentos de hospedagem.

Também para outros autores a sustentabilidade é multidimensional e possui relações de interdependência entre as variadas dimensões, compondo um sistema complexo, no qual o ser humano está inserido. Mendes (2009), por exemplo, vê cinco dimensões na sustentabilidade, assim: ecológica, econômica, social, espacial, cultural e política.

Sachs (1993), por sua vez, entende que o planejamento do desenvolvimento sustentável precisa considerar cinco dimensões de sustentabilidade, a saber: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. E assim apresenta os conceitos para cada dimensão: Social - visa construir uma sociedade mais justa quanto à distribuição de renda, através da diminuição da desigualdade social e de condições de vida mais dignas para as pessoas; Econômica - busca alocar e gerir os recursos de forma mais eficiente e favorecer o investimento nos setores público e privado; Ecológica ou Ambiental - sugere a proibição ao consumo dos recursos não renováveis, incentivo ao uso dos recursos naturais renováveis, redução dos índices de poluição, incentivo a programas de eficiência energética e de recursos em geral, promoção de pesquisas nos campos da inovação e da tecnologia limpa e normatização para uma postura correta diante as questões ambientais, entre outros; Espacial - tem como foco uma relação de equilíbrio entre áreas rurais e urbanas; e Cultural - desenvolve o conceito do DS buscando as particularidades culturais de cada comunidade. Nesse contexto, o desenvolvimento turístico sustentável torna-se estratégico, principalmente quando atende as 5 dimensões da sustentabilidade, sendo essa forma essencial para a gestão ambiental do destino e, por isso, fundamental para a sobrevivência e competitividade das empresas do setor de hospedagem (Câmara, Reis & Lima, 2020).

Dado o interesse comentado acima, são aqui consideradas as dimensões apresentadas por Werbach (2010) e Landry (2013), ou seja: econômica, social, ambiental e cultural, pelo entendimento de que estas mais se identificam e relacionam num estudo que leva em consideração o espaço em que estão inseridos os meios de hospedagem e usualmente atendem a pessoas oriundas de outros espaços. A dimensão cultural se associa ao reconhecimento da correlação das dimensões de sustentabilidade e o uso do meio natural, contribuindo para a possibilidade de acertos quanto ao manejo das áreas que necessitam ser preservadas em sua integralidade, expectativa extensiva às Unidades de Conservação (Corrêa, 2009).

Unidades de conservação e o turismo no Brasil

Atualmente, em grande parte do mundo, o principal instrumento para a conservação da biodiversidade é o estabelecimento de áreas protegidas (Bensusan, 2006). Durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no ano de 2000, foi promulgada a Lei nº 9.985, criando o SNUC

(Sistema Nacional de Unidades de Conservação Ambiental) que regulamentou a gestão dos diferentes tipos de unidades de conservação ambiental do Brasil, na intenção de resguardá-las.

Com isso o SNUC define diversas categorias de organização para as áreas naturais protegidas, estabelecendo os meios de planejamento e gestão adequados para cada uma (Ministério do Meio Ambiente [MMA], 2011). Tendo por base a possibilidade do uso de seus recursos naturais, as unidades de conservação pertencentes ao SNUC podem ser categorizadas em dois grandes grupos: (a) Unidades de Conservação de Proteção Integral (UCPI): cujo objetivo básico é a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em lei; (b) Unidades de Conservação de Uso Sustentável (UCUS): cujo objetivo básico é a compatibilização da conservação da natureza e o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais. Para melhor compreensão, as UCPI e UCUS previstas no SNUC são listadas na Figura 1.

Figura 1 – Categorização das unidades de conservação, segundo o SNUC.

Unidades de proteção integral	Unidades de uso sustentável
<ul style="list-style-type: none">• Estação Ecológica - EE• Reserva Biológica - RB• Parque Nacional - PN• Monumento Natural - MN• Refúgio de Vida Silvestre - RVS	<ul style="list-style-type: none">• Área de Proteção Ambiental - APA• Área de Relevante Interesse Ecológico - Arie• Floresta Nacional - FN• Reserva Extrativista - REX• Reserva de Fauna• Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS

Fonte: Adaptado de MMA (2011).

As Unidades de Conservação do tipo Área de Proteção Ambiental (APA) foram definidas através da Lei 6.902/81, representando uma inovação no campo da conservação da natureza no país. Assim, essa categoria, ao mesmo tempo, respeita a propriedade privada, não impõe a desocupação humana e ainda promove a melhoria da qualidade de vida das pessoas ali inseridas, por meio da regulamentação do uso e ocupação da terra e da promoção do uso sustentável dos recursos naturais (Guaryassu, 2003).

As Áreas de Proteção Ambiental (APA) pertencem ao grupo de unidades de conservação de uso sustentável, sendo constituídas por áreas públicas e/ou privadas. Estas medidas de conservação têm o objetivo de disciplinar o processo de ocupação das terras e promover a proteção dos recursos bióticos e abióticos dentro de seus limites, de modo a assegurar o bem-estar das populações humanas que aí vivem, resguardar ou incrementar as condições ecológicas locais e manter paisagens e atributos culturais relevantes (MMA, 2011).

Já os Parques Nacionais compõem um dos tipos de unidade de conservação, como unidades de proteção integral (MMA, 2011), tendo como objetivo básico, de acordo com o Art. 11 do SNUC (Lei nº 9.985/00) “a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental [...]”. As áreas dos Parques Nacionais, considerados unidades de proteção integral, pertencem aos domínios públicos; assim, as áreas particulares incluídas dentro de seus limites deverão ser desapropriadas (MMA, 2011).

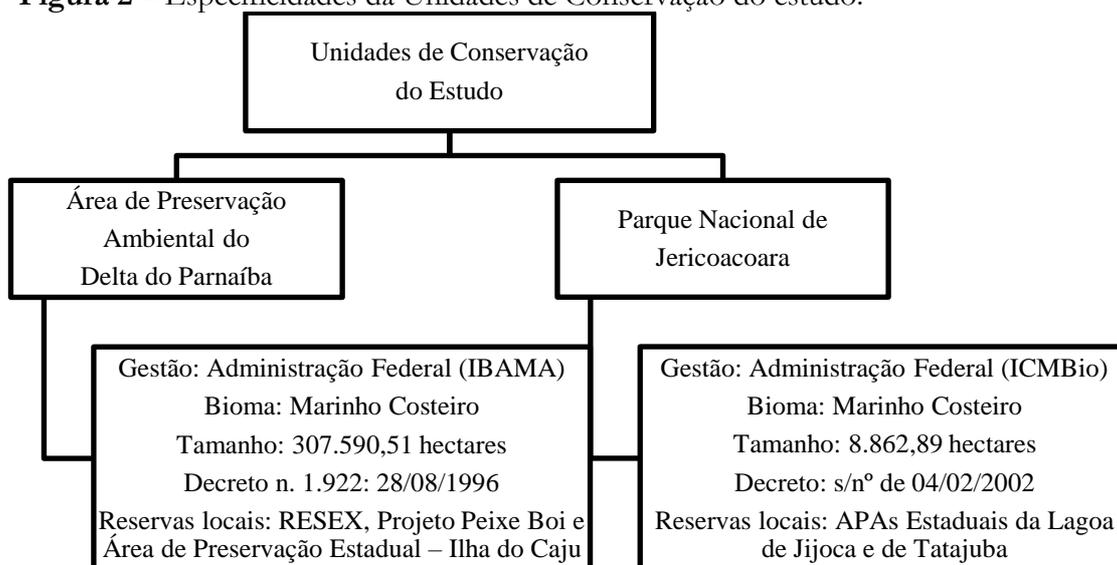
A prática de atividades turísticas dentro das Unidades de Conservação Ambiental ocorre em função dos atrativos naturais do lugar, que despertam o interesse das pessoas. O movimento de turistas acaba atraindo empresas e uma maior demanda por meios de hospedagem. O sistema turístico e os meios de hospedagem, mais atividades interligadas, podem impactar de maneira considerável o ambiente ecológico e colocar em risco o equilíbrio ambiental da região, como mostram os estudos feitos por Guaryassu (2003) sobre os principais problemas nas APAs, tais como presença de resíduos sólidos, pressão turística,

uso de agrotóxicos, conflitos de propriedade, falta de recursos, desmatamento, caça ilegal, pesca predatória e desmatamento, dentre outros.

Os meios de hospedagem deveriam se basear numa gestão ambiental pautada na ecoeficiência uma vez inseridos em região de ecossistema frágil. Ser ecoeficiente significa combinar desempenho econômico com desempenho ambiental, para criar e promover valores com menor impacto sobre o meio ambiente (Almeida, 2002). Nessa ótica, este estudo se faz relevante, pois pretende esclarecer a forma de conduzir os meios de hospedagem estabelecidos em área de preservação, abordando conjuntamente a dimensão ambiental, por se tratar da preservação da fauna, da flora, dos meios bióticos e do ar, do solo, da água e dos meios abióticos, atentando igualmente para as dimensões social, econômica e cultural, por se tratar de meios de hospedagem que geram empregos para a população do entorno, inclusive nas manifestações culturais.

O presente estudo escolheu os meios de hospedagem inseridos dentro das unidades de conservação: APA do Delta do Parnaíba e Parque Nacional de Jericoacoara. Estas regiões foram escolhidas por serem tipos diferentes, sendo, respectivamente, unidade de uso sustentável e unidade de proteção integral, que apresentam posições geográficas próximas, estando ambas na Região Nordeste, em estados vizinhos, mas que divergem quanto às normas que as regulam, aspecto que será retratado a seguir (Figura 2).

Figura 2 – Especificidades da Unidades de Conservação do estudo.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A APA do Delta do Parnaíba (Figura 3) é uma unidade de conservação criada pelo Decreto n. 1.922, de 28 de agosto de 1996, administrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. Tem uma área da zona costeira brasileira incomparável, pois forma o único delta em mar aberto das Américas, com mais de 75 ilhas e um santuário de reprodução de diversas espécies de peixes, caranguejos, lagostas e camarões (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade [ICMBio], 2017a). Com uma área de 307.590 hectares a APA do Delta está localizada na Região Nordeste do Brasil, abrangendo os Estados do Piauí, Maranhão e Ceará.

No ano de 2002, o Delta do Parnaíba (Figura 4) passou a ser considerado uma região, potencial e prioritária, para o desenvolvimento do Ecoturismo no Brasil, de acordo com o Projeto Polos de Ecoturismo (Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo [EMBATUR/IEB], 2002), mas ao mesmo tempo possui uma grave limitação para a gestão, pois o Plano de Manejo da APA data de mais de 20 anos atrás, deixando a comunidade vulnerável, com a chegada do ecoturismo, potencializando possíveis impactos na identidade e nos valores culturais existentes (Mattos & Irving, 2003), além disso

as empresas, em geral, ao se estabelecerem sem orientação e acompanhamento do poder público, acabam por ocasionar danos ao meio ambiente visto que a região apresenta seu plano de manejo desatualizado.

Figura 3 – APA do Delta do Parnaíba (Piauí)



Fonte: Adaptado do site do Ibama (2017)

O Parque Nacional de Jericoacoara (Figura 4), no estado do Ceará, foi criado em fevereiro de 2002, abrangendo uma área de 8.416 ha, resultado de uma recategorização parcial da APA (Área de Proteção Ambiental) de Jericoacoara criada em 1984, e da redefinição de seus limites em 2007 (ICMBIO, 2017b). Ele se distribui entre os municípios de Cruz, Camocim e Jijoca de Jericoacoara, sendo composto por terras públicas, pertencentes aos Governos Estadual e Federal; entretanto há a presença de posseiros no interior da UC.

Figura 4 – Parque Nacional de Jericoacoara (Ceará)



Fonte: Adaptado do site do Ibama (2017)

O Parque Nacional de Jericoacoara passou a ser considerado uma região potencial de ecoturismo no Brasil, de acordo com o Relatório do Instituto Chico Mendes (2011) e, de maneira sucinta, a sua representatividade no âmbito do SNUC se deve à diversidade de ecossistemas ali abrigados, alguns deles relacionados à Mata Atlântica, tais como restingas, manguezais e vegetação de dunas. Quanto aos principais problemas verificados na área ambiental, são decorrentes da ação humana, ocasionados pela disposição irregular de resíduos sólidos, desmatamento e queimadas da vegetação nativa, além da especulação imobiliária (com a construção de casas de veraneio e complexos hoteleiros) (MMA, 2011). Os riscos culturais são os mesmos comentados para a APA do Delta do Parnaíba.

Práticas Sustentáveis nos Meios de Hospedagem

Ao se planejar o desenvolvimento e a gestão de atividades turísticas (destinos, produtos e meios de hospedagem), o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser considerado como um instrumento que relaciona os aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos, contando com a participação da

comunidade local e a conservação do meio ambiente, e que permita sua utilização em longo prazo (Gandara, 2002). Segundo Centeno (2004), a questão ambiental vem ganhando cada vez mais espaço dentro do segmento de hospitalidade e o turismo merece total atenção, principalmente pelas novas formas de práticas sustentáveis que surgiram (Damas, 2020), estimulando as organizações cada vez mais a se adequarem ao desenvolvimento sustentável. As exigências relacionadas à responsabilidade ambiental não decorrem somente da regulamentação e certificações, mas da pressão dos consumidores.

Para Silveira (1997), o turismo é um importante alavancador da economia, não somente dos países desenvolvidos como também dos emergentes, sendo os meios de hospedagem buscados pela grande maioria dos turistas. Porém, o desenvolvimento da atividade turística demanda ações da sociedade que propiciem uma utilização econômica sustentável de atrativos naturais e culturais, estabelecendo padrões de qualidade dos serviços turísticos, desenvolvendo estratégias e políticas para a construção de destinos turísticos sustentáveis (Novaes, 1997), considerando as quatro dimensões da sustentabilidade aqui aceitas.

São inegáveis os impactos resultantes das atividades de meios de hospedagem, apesar de serem bem menores em relação aos das indústrias. A preocupação se acentua para equipamentos localizados em áreas de preservação e, se essas atividades turísticas não forem devidamente planejadas e geridas, poderão proporcionar graves impactos ambientais, alguns de caráter irreversível. Para minimizar essa situação, a gestão ambiental apresenta-se como importante instrumento de conservação dos recursos naturais e busca de atividades sustentáveis (Pertschi, 2006).

Com isso, Philippi e Ruschman (2010) retratam a dimensão do conceito de tecnologias alternativas, envolvendo aspectos arquitetônicos, economia de energia elétrica, redução do consumo da água, tratamento e reutilização da água de reuso e gerenciamento dos resíduos sólidos. Dessa forma, as tecnologias alternativas visam atender às necessidades de consumo a um custo menor e, com isso, reduzir o impacto ambiental, quando comparadas às tecnologias convencionais.

O consumo de água demandado por um meio de hospedagem, tanto para o uso dos hóspedes como para o pleno funcionamento do empreendimento turístico, pode comprometer o usufruto da população local. Como medidas de conservação da água, o setor pode desenvolver medidas de economia como: reutilização de toalhas e lençóis, instalação de sensores de corte de fluxo na torneira e chuveiros de baixo fluxo, entre outros (Santos, Souza & Barbosa, 2005; Amazonas, 2014).

Quanto à questão dos resíduos sólidos, o setor hoteleiro é responsável pela produção de grande quantidade desses resíduos, que vão desde embalagens e restos de alimentos, até resíduos de limpeza e manutenção (Jeronimo, 2013). Em prol de sua redução, os meios de hospedagem devem buscar alternativas, como coleta seletiva e redução no uso de produtos descartáveis.

Quando se fala em redução de energia elétrica, Amazonas (2014) retrata algumas práticas, como: elevadores inteligentes, lâmpadas de baixo consumo, sensores de presença, televisores e aparelhos de ar-condicionado de baixo consumo, sistema de desligamento automático por cartão, entre outros. Pois praticamente todas as atividades desenvolvidas e os serviços oferecidos pelos meios de hospedagem utilizam equipamentos elétricos.

Na busca de se avaliar e mensurar os níveis de gestão ambiental utilizados pelos meios de hospedagem, tem-se o intuito de identificar se esses níveis são encontrados em uma área de preservação e, quando adotados, se têm analogias ou discordâncias. Procura-se detectar o resultado desta gestão ambiental, o que leva a uma compreensão da realidade local. Nesse sentido, seria oportuno ressaltar que o processo para o alcance da sustentabilidade leva, necessariamente, à formulação de estratégias que resultam em políticas ambientais (Silva & Souza-Lima, 2010).

Para além disso, há que se levar em conta à saúde econômica do negócio e os planos de gestão, os aspectos sociais – especialmente em relação aos colaboradores e prestadores de serviço – e o potencial

de risco e de valorização das manifestações culturais nos locais estudados. Assim, contemplam-se as quatro dimensões da sustentabilidade, conforme Werbach (2010) e Landry (2013).

Procedimentos metodológicos

Em vista do objetivo geral, esta pesquisa foi trabalhada sob método qualitativo, adequado à compreensão dos fenômenos sociais, em vista da fala dos sujeitos e suas vivências (Minayo, 2010). Na pesquisa qualitativa, segundo Flick (2009), os objetos são estudados em sua complexidade e totalidade. No caso específico desta pesquisa, buscou-se desvendar as práticas de sustentabilidade implantadas como ferramenta para o desenvolvimento sustentável, na gestão dos empreendimentos.

A pesquisa se classifica, quanto aos objetivos, como exploratória-descritiva. Exploratória com o intuito de ampliar os conhecimentos e permitir uma maior proximidade entre o pesquisador e tema pouco pesquisado. Essa fase é conduzida pela pesquisa bibliográfica e de campo. E descritiva com o objetivo de coletar dados que mostrem a medição, a obtenção e a exposição de dados representativos de determinada situação ou fenômeno, contexto ou situação que ocorre (Sampieri, Collado & Lúcio, 2012).

Como já informado, o campo de estudo desta pesquisa é composto pelos meios de hospedagem instalados das regiões de Barra Grande – PI e Vila de Jericoacoara – CE. A escolha do campo de pesquisa se deu de forma intencional, em virtude do alto fluxo turístico nesses locais e por estarem, ambos, inseridos em Unidades de Conservação–UC. A seleção dos empreendimentos que compõem a amostra foi feita a partir dos dados do Sistema Brasileiro de Classificação dos Meios de Hospedagem (SBCMH).

Quanto à estratégia metodológica de pesquisa, foi utilizado o estudo de casos múltiplos, buscando-se a perspectiva das práticas de sustentabilidade desenvolvidas pelos meios de hospedagem, pois esta técnica possibilita o estabelecimento de comparações e é considerada mais convincente e robusta (Yin, 2001).

A diversificação de localidade foi externa, pois segundo Pires (2008), é o critério de seleção utilizado para pesquisas que procuram, em geral, dar um panorama mais completo dos problemas ou situações que serão estudados a partir da questão de pesquisa escolhida, retratando diferentes casos para elaborar uma comparação entre os pontos de vista dos indivíduos em diferentes subculturas. Dessa forma, a pesquisa iniciou-se por um levantamento dos meios de hospedagem estabelecidos na Vila de Jericoacoara (CE) e em Barra Grande (PI), através de consulta aos arquivos da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), Secretaria da Fazenda e no site dos empreendimentos, para identificar e listar os dados e as informações pertinentes e necessários ao objeto deste estudo. Tais dados foram: nome do hotel, endereço e tipo de equipamento. Ressalta-se que inicialmente foram coletadas as informações; em seguida, foram enviadas as correspondências aos estabelecimentos, solicitando permissão para conhecê-los e iniciar as entrevistas preliminares.

Os sujeitos da pesquisa foram os proprietários, gerentes e funcionários dos meios de hospedagem; a definição do número de entrevistados obedeceu ao critério de acessibilidade. Consultados os dados do Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem, foram abordados os empreendimentos, procurando abranger todas as sete categorias, a saber: Hotel, Resort, Hotel Fazenda, Cama e Café, Hotel Histórico, Pousada e Flat/Apart Hotel, sendo um meio de hospedagem de cada categoria, nas duas áreas pesquisadas. Outrossim, as entrevistas foram orientadas por um roteiro semiestruturado, aplicado a proprietários, gerentes ou funcionários dos estabelecimentos, compondo uma série de perguntas, de modo a enfatizar a gestão da sustentabilidade (Laville & Dionne, 1999).

Junto à entrevista, foi procedida a observação não-participante, em que se atua fora do grupo, não se envolvendo com os integrantes (Oliveira, 2011). Optou-se por unir essas duas técnicas, com o propósito de abranger a máxima amplitude na descrição, na explicação e na compreensão do objeto em estudo (Triviños, 1987). Ademais, as entrevistas foram gravadas e transcritas e a análise dos dados feita pelo

método de análise de conteúdo de Bardin (2011), buscando inferir os significados no contexto da fala, tentando ultrapassar a mera descrição da mensagem e, assim, alcançar uma interpretação mais profunda (Minayo, 2004). Como técnica, foi utilizada a análise temática de conteúdo, pelos “núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado” (Minayo, 2004, p. 209), permitindo dividir o texto em categorias através de reagrupamentos analógicos.

As categorias foram retiradas da literatura (Tabela 1), do modelo desenvolvido por Werbach (2010), sendo: dimensão econômica, social, ambiental e cultural. Também foram consideradas as categorias que emergiram da pesquisa de campo. Finalmente, para auxiliar na análise dos dados foi usado o *software* Atlas/Ti.

Tabela 1 – Análise de Conteúdo com categorias e subcategorias

Análise de Conteúdo		
Categorias / Dimensões	Subcategorias	Eixos da entrevista semiestruturada
Econômica	Opera com lucro	Planejou sua construção e crescimento A atividade econômica cresce com aumento do turismo A sazonalidade prejudica a oferta de trabalho Os funcionários são formalmente contratados Atende à legislação ambiental (multas, penalidades) Estabelece premiação por gestão econômica ou ambiental
Social	Desenvolvimento de ações sociais internas Desenvolvimento de ações sociais externas	Tem CIPA em funcionamento Faz qualificação profissional Oferece benefícios a colaboradores Faz educação ambiental Trabalha as condições de higiene, segurança e conforto Constata superpopulação em determinado período do ano Constata aumento de consumo de drogas lícitas ou ilícitas Promove diálogo entre os atores da UC
Ambiental	Protege o ecossistema Restabelece o ecossistema	Desenvolve práticas de recuperação ambiental Trabalha a redução de consumo de energia Trabalha a redução de consumo de água Faz reutilização de água Utiliza informativos de orientação de consumo Tem coleta seletiva do lixo Tem implantado práticas de baixo consumo O projeto previu uso do ambiente natural
Cultural	Valorização a diversidade cultural Protege a diversidade cultural	Contrata pessoas do entorno para trabalhar Usa móveis regionais Como é a vegetação é do entorno Constata se costumes ou tradição foram afetados pelo turismo Estão implementadas ações de valorização da cultura local Os nativos fornecem insumos ou serviços

Fonte: Elaborado pelos autores.

Apresentação e análise dos resultados

Dentre os dez meios de hospedagem entrevistados, metade pertencia a Barra Grande - Piauí e a outra metade a Vila de Jericoacoara – Ceará (Tabela 2). De acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação dos Meios de Hospedagem (SBCMH), em Barra Grande identificaram-se os tipos: Hotel (H); Resort (R); Cama e Café (CC); e Pousada (P). Já em Jericoacoara localizaram-se: Hotel (H); Cama e Café (CC); Pousada (P); e Flat-Apart (FA). Sendo que a segunda Pousada (P02) analisada nas entrevistas, também pode ser considerada Flat-Apart, pois apresenta no seu interior esse tipo de hospedagem, mas a maioria de quartos funciona no modelo Pousada. Não havia Hotel Fazenda e Hotel Histórico nas regiões estudadas. Além disso, em Jericoacoara havia um estabelecimento que carregava, em seu nome fantasia, a expressão “Resort”, mas que não se enquadrava assim nas especificações do SBCMH. A Tabela 2 resume os tipos de hospedagens e as siglas para identificar a variação de empreendimentos no respectivo tipo entre as duas regiões de análise.

Tabela 2 – Sistema de Identificação dos Meios de Hospedagem Entrevistados

Meios de Hospedagem	Barra Grande - PI	Jericoacoara - CE
Hotel	Hotel 01 (H01)	Hotel 02 (H02)
Resort	Resort 01 (R01)	-
Hotel Fazenda	-	-
Cama e Café	Cama e Café 01 (CC01)	Cama e Café 02 (CC02)
Hotel histórico	-	-
Pousada	Pousada 01 e 02 (P01); (P02)	Pousada 03 e 04 (P03); (P04)
Flat-Apart	-	Flat-Apart 01 (FA01)

Fonte: Elaborado pelos autores

De acordo com a Tabela 3, quanto ao porte dos meios de hospedagem, apesar de estarem em classificações distintas, pode-se observar que 70% deles estavam na categoria abaixo de 50 leitos. Também se pode constatar que 60% dos meios de hospedagem estavam em funcionamento de dois a cinco anos, o que pode classificá-los como empresas novas. Quanto ao público que mais frequenta os meios de hospedagem, 67% são turistas nacionais e 33% turistas internacionais, o que permite a constatação de que o turismo nacional compõe o turismo preponderante nas duas regiões do estudo. Finalmente, quanto ao sistema de classificação das empresas proposto pelo Sebrae (2017), baseado no número de funcionários, pode-se constatar que 70% eram empresas de pequeno porte, tendo abaixo de 49 empregados (H01, H02, R01, P01, P02, P04 e FA01), e 30% eram microempresas (CC01, CC02 e P03).

Tabela 3 – Caracterização dos Meios de Hospedagem (MH) Entrevistados

Sigla	Local	Porte do MH (leitos)	Tempo de Existência do MH (anos)	Número de Funcionários	Público que mais frequenta (TI*, TN**)
H01	PI	<50	<2	11-20	TN
H02	CE	51-100	3-5	>30	TI E TN
R01	PI	<50	3-5	11-20	TN
CC01	PI	<50	<2	<10	TI E TN
CC02	CE	<50	6-9	<10	TI E TN
P01	PI	51-100	>10	>30	TN E TI
P02	PI	<50	3-5	21-30	TN
P03	CE	<50	>10	<10	TN
P04	CE	<50	>10	>30	TI E TN
FA01	CE	>100	3-5	>30	TN

*Turista Internacional (TI) e **Turista Nacional (TN)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto ao perfil dos entrevistados (Tabela 5), fica evidente que na gestão dos meios de hospedagem, preponderam gestores com formação superior. Além disso, a faixa etária mais representativa vai de 25 a 47 anos, indicando maturidade nos cargos de gerência.

Tabela 5 – Perfil do Entrevistados nos Meios de Hospedagem.

Sigla	Local	Idade	Função no MH	Formação
H01	PI	>47	Gerente	Pós-Graduado
H02	CE	36-46	Comercial	Pós-Graduado
R01	PI	>47	Proprietário	Pós-Graduado
CC01	PI	25-35	Proprietário	Pós-Graduado
CC02	CE	>47	Proprietário	Pós-Graduado
P01	PI	36-46	Gerente	Graduado
P02	PI	25-35	Gerente	Graduado
P03	CE	36-46	Recepcionista	Ensino Médio
P04	CE	25-35	Recepcionista	Ensino Médio
FA01	CE	25-35	Gerente	Graduado

Fonte: Elaborado pelos autores

Apenas em dois meios de hospedagem do Ceará, que estavam pré-selecionados para serem objetos do estudo, não foi possível entrevistar os proprietários e nem os gerentes, que inicialmente aceitaram, mas informaram posteriormente a impossibilidade de participar. Nesses casos, foram indicados os recepcionistas como respondentes, os quais tinham concluído o Ensino Médio, evidenciando a dificuldade em encontrar pessoas com ensino superior para essas funções.

Dimensões e práticas da sustentabilidade

As entrevistas em profundidade realizadas nos meios de hospedagem permitiram identificar as categorias descritas anteriormente na metodologia, sendo: econômica, social, ambiental e cultural, seguindo o modelo de Werbach (2010), e seus temas: Gestão e Planejamento; Sazonalidade Turística; Geração de Emprego e Renda; Qualificação e Benefício Sociais; Desenvolvimento de Ações Sociais; Comunicação; Consumo de Energia e Água; Manejo do Lixo; Preservação do Meio Ambiente; e Preservação da Diversidade Cultural.

Categoria Econômica

A categoria Econômica apresenta três subcategorias, Gestão e Planejamento, Geração de Emprego e Renda e Sazonalidade Turística. A primeira é contextualizada através de falas, como:

A empresa foi planejada antes da sua construção, já que ela funciona como um conde-hotel, no qual tem sócios investidores, e nos preocupamos em atender à legislação. (H01)

A empresa teve toda a sua construção planejada, nós fizemos cursos e viajamos o Brasil inteiro conhecendo outros lugares, antes de iniciarmos a construção por aqui e procuramos atender à legislação tendo em vista a nossa ideologia pela ecologia, por se desenvolver, mas ter a preocupação ambiental, e não temos premiações nessa área, mas o nosso interesse é a permacultura, pois não estamos à procura de nenhum prêmio. (CC01)

Para Felix e Santos (2013) arquitetura sustentável é também denominada de arquitetura verde ou ecoarquitetura, e consiste em uma postura na prática profissional da construção civil que valoriza as percepções do homem quanto ao ambiente, considerando, também, a nova tendência social à sustentabilidade. Segundo Amazonas (2014), o momento de elaboração do projeto arquitetônico e de escolha dos materiais, tecnologias e todos os pormenores do projeto podem mudar toda a dinâmica do hotel. Podendo inclusive gerar a redução de gastos futuros, e a melhoria em uma série de áreas como a eficiência energética, a diminuição de gastos com água, a diminuição dos impactos ambientais do meio de hospedagem, entre outros.

A segunda subcategoria, Geração de Emprego e Renda, é observada em algumas falas:

[...] todos têm carteira assinada e, no período de alta temporada, sempre contratamos mais funcionários, temporariamente". (P02)

Temos uma equipe grande e todos com carteira assinada. No período de baixa temporada, fechamos um mês para dar férias a todos e no período de alta temporada, contratamos mais alguns temporários para suprir a demanda que é alta. (P04)

Os destinos turísticos atraem os meios de hospedagem, o que gera o fortalecimento da economia local, a qualificação da comunidade, o crescimento das oportunidades de trabalho, emprego e renda. Isso indica a importância socioeconômica do setor, justificando o fomento ao Turismo Sustentável (Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável [CBTS], 2002).

A subcategoria Sazonalidade Turística também está presente nas falas dos respondentes de meios de hospedagem:

Comecei apenas recebendo amigos no resort, e rapidamente foi sendo divulgado, e desde então tem aumentado, e muito, o fluxo. Com isso, a atividade econômica também está crescendo e a nossa equipe é fixa. (R01)

Jeri de 8 anos atrás era muito diferente de hoje, e a atividade econômica só vem crescendo junto com o turismo. Agora, foi colocada uma taxa de turismo sustentável, que talvez prejudique a nossa atividade, porque o hóspede que vem para o hostel vai ter mais uma taxa para pagar, e normalmente quem procura os nossos serviços, vem procurando economizar, mas vamos ver o que vai dar. E a sazonalidade não afeta, pois temos uma equipe pequena. (CC02)

A subcategoria Sazonalidade Turística nos mostra que o crescimento do turismo na Região Nordeste trouxe aumento das atividades turísticas, o que implica um aumento na preocupação com a sustentabilidade do desenvolvimento. Barbosa (2005), por exemplo, relata que o turismo, sendo capaz de causar desenvolvimento aos municípios, deve privilegiar as questões social e ambiental, e fazer do aspecto econômico apenas uma consequência.

Categoria Social

Na categoria Social, que emergiu da fala dos meios de hospedagem, são apresentadas duas subcategorias: Capacitação Interna e Comunicação Externa. A primeira está presente nas falas dos entrevistados, como observado a seguir:

Todos passaram por um treinamento inicial, e estão sendo reciclados novamente, e os benefícios são a alimentação e os uniformes. (H01)

Sempre estamos em contato com o Sebrae, ele vem aqui, o proprietário paga uns cursos. Já tivemos curso de atendimento ao cliente, as camareiras também já fizeram curso. Teve esse curso dos bombeiros e benefício não oferece. (P01)

Segundo a ABNT NBR 15401 (2006), os empreendimentos devem promover ações de capacitação profissional, de modo que pessoas das comunidades locais ou regionais possam obter trabalho diretamente no empreendimento ou pela ativação de cadeias produtivas regionais. Podemos observar, na fala dos entrevistados, que a maioria já passou ou vai passar por alguma capacitação. Quanto a benefícios, em geral, isso se limita à assinatura da Carteira do Trabalho, o que, de fato, é apenas o cumprimento da obrigação legal. Outro ponto verificado dessa subcategoria, é que em algumas situações os meios de hospedagem preferem pessoas com experiências ou por indicação:

Já contratamos com a indicação de conhecidos de que a pessoa tinha experiência e era de confiança". (CC01)

Normalmente, pegamos pessoas que já tenham experiência no cargo. (CC02)

Na realidade, o que eu aprendi já foi no decorrer, já trabalhando. E os outros não tiveram treinamento. Eles procuram pegar pessoas com alguma experiência. (P03)

Nos meios de hospedagem do Piauí, foi observado que são os proprietários que ensinam os funcionários quanto às suas obrigações. Já nos meios de hospedagem do Ceará, isso parece ocorrer por dificuldade em encontrar empresas que façam treinamento na região, já que é difícil o acesso a esses prestadores de serviço.

Para efeitos práticos, a comunicação ambiental nas empresas abrange todos os setores e compreende o atendimento às políticas ambientais; quanto à responsabilidade pela comunicação ambiental, seus gestores são responsáveis interna e externamente. A subcategoria Comunicação Externa, emergiu da fala dos entrevistados, como:

Eu acho que não, não conheço. Temos uma política ambiental que tentamos sempre trazer essas ações para os hóspedes, através de informativos no quarto, no site ou mesmo pelos colaboradores. (P04)

Bom... eu não sei da existência dessa Sigla, mas a empresa assegura a prevenção de acidentes, pois a partir do momento que todos os funcionários têm a carteira assinada, nós somos assegurados e sobre a política de educação ambiental, no regimento interno existe itens relacionados à educação ambiental que todos os colaboradores têm conhecimento, mas palestra e cursos não. (P02)

Quanto às práticas de desenvolvimento de ações sociais, podemos observar que esses foram os únicos meios de hospedagem a retratarem algo. Os demais, ou não atingem a cota de CIPA, ou não sabem informar. Já sobre a política de educação ambiental, na sua maioria apenas desenvolvem algumas ações relacionadas ao meio ambiente, sem ter uma política efetivamente implantada. Segundo Valle (2002), com base na Política Ambiental, deverão ser elaboradas diretrizes e normas internas, de conhecimento de todos os empregados diretos. Observando entre os meios de hospedagem os entrevistados P02 e P04, apresentam Políticas Ambientais de conhecimento dos colaboradores, e tentam repassar esse pensamento ao hóspede. Para Moraes (2008), a educação ambiental deve ser implementada de forma a agregar valor ao sistema de gestão ambiental, com uma visão correta nos aspectos social e ambiental, extrapolando essa visão para fora dos muros da empresa, por meio dos hóspedes.

Comunicação é a última subcategoria da Categoria Social; e foi recorrente nas falas dos representantes dos meios de hospedagem ao relatarem a dificuldade de comunicação com os atores das Unidades de Conservação, como pode ser percebido:

Não, eles apenas nos chamaram para uma reunião de última hora, para informar sobre a taxa de turismo sustentável, sem sequer nos ouvir, enquanto proprietários? (CC02).

Pelo que foi relatado pelo proprietário, não. Tivemos contato apenas com a prefeitura, por conta dos alvarás? (H01).

Tem não, aqui é muito cada qual por si (P03).

As falas dos respondentes dos meios de hospedagem retratam que o ICMBio se preocupa mais com condutas erradas que acontecem na região – por exemplo, o descarte irregular de resíduos ou o acesso de carro na praia – e isso porque alguém denunciou, mas não com prevenção, como palestras e reuniões sobre educação ambiental ou sobre a importância das unidades de conservação e sua valorização, como é relatado por esse representante de meio de hospedagem:

A gente tem alguns contatos com algumas pessoas do ICMBio, mas bem pontuais. Dificilmente alguém consulta o ICMBio para tomar alguma ação, é mais quando tem alguma coisa errada na região, que a gente acaba acionando para ver o que pode ser feito (CC01).

Categoria Ambiental

De acordo com Lunkes e Rosa (2012), para o setor hoteleiro promover o desenvolvimento sustentável, faz-se necessário solucionar demandas dos hóspedes, com eficiência no desempenho econômico e práticas socioambientalmente responsáveis. Para Shanti (2016), o objetivo das práticas sustentáveis ambientais para os equipamentos hoteleiros é reduzir a dependência dos combustíveis fósseis, o consumo de água, o impacto das operações diárias no meio ambiente, gerando eficiência energética.

Na Categoria Ambiental agruparam-se três subcategorias, Consumo de Energia e Água, Manejo do Lixo e Preservação do Meio Ambiente. A primeira emergiu das falas dos seguintes respondentes:

Dispomos de quartos com cartão de desligamento de luz, torneira com sensor, uso de gerador de energia, vasos com dois fluxos, lâmpadas de LED; quanto à água fazemos o reaproveitamento da água da piscina e do ar-condicionado para molhar o jardim. Dispomos apenas de informativos quando o hóspede não quer que troque a toalha. Estamos com uma equipe do Sebrae, que vai dar início agora em janeiro em treinamentos da equipe administrativa nessa área (H01).

As práticas que desenvolvemos para a redução do consumo de energia, é que os nossos quartos foram construídos com materiais locais permitindo a entrada de luz e ventilação natural, não

sendo necessário o uso de ar-condicionado na maioria dos quartos, além de painéis solares, que ajudam a reduzir o gasto de energia. Quanto à água, nós reutilizamos a da piscina através de filtragem, para as caixas de descargas do restaurante e para molhar as plantas. E sobre os informativos, temos tanto para os hóspedes como para os colaboradores na recepção e em todos os quartos e temos cartões que o hóspede informa se quer ou não a troca da toalha (P04).

Podemos perceber que, nesta subcategoria, os meios de hospedagem H01 e P04 desenvolvem diversas práticas de redução de consumo de energia e água, além do uso de informativos de consumo (ações estas constatadas na observação não-participante). Os demais meios de hospedagem também desenvolvem práticas de redução de consumo, mas tendo uma proporção bem menor em relação aos já citados. A redução do consumo de energia ou seu uso racional podem trazer uma importante economia às empresas envolvidas, tanto de ordem ambiental como financeira (Santos, Souza & Barbosa, 2005). Para Felix e Santos (2013), se o meio de hospedagem praticar consumo sustentável, fazendo o uso de bens e serviços com respeito aos recursos ambientais, irá contribuir para o atendimento das necessidades das presentes gerações, sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras.

A segunda subcategoria é o Manejo do Lixo, tema este que gerou dois tipos de visões dos meios de hospedagem, como podemos observar nestas falas:

Fazemos a coleta seletiva do lixo e encaminhamos o material que pode ser reciclado para uma cooperativa local, assim como o óleo da cozinha do restaurante é armazenado e entregue separadamente na coleta do lixo (P04).

Adotamos práticas de coleta seletiva de lixo, fazemos a compostagem do lixo orgânico e o que pode ser reciclado, nós levamos para o aterro controlado em Parnaíba, as bebidas do estabelecimento são de vidros retornáveis e não vendemos embalagens individuais de água plástica; nos solicitamos a contribuição dos hóspedes para comprar os garrafões de 20 litros de água retornável, com isso há uma produção mínima de lixo e contribui para a preservação da natureza. (CC01)

Adotamos a coleta, mesmo a gente sabendo que daqui para fora não é, nem Parnaíba faz e nem Teresina. Na verdade, teve uma reunião sobre o lixo ontem, lá na colônia dos pescadores, mas eu não consegui participar, e foi falada da situação preocupante que está, os próprios moradores jogam o lixo no Salgado, ali na frente, bem na hora que você está entrando na pousada. E no período de baixa temporada, ainda tem muitas queimadas de folhas, de lixo, porque sempre sinto a fumaça. (P01)

Os meios de hospedagem: H02, H01, CC02, P02, FA01 e P03 separam apenas o lixo que pode ser reciclado, o restante vai misturado. R01 não faz coleta seletiva e reciclagem. O que evidencia que, nesse aspecto, ainda se carece muito de boas práticas, uma vez que a coleta seletiva e reciclagem do lixo deveriam fazer parte de forma sistêmica da gestão dos meios de hospedagem instalados em Unidade de Conservação.

Amazonas (2014) retrata a importância dos meios de hospedagem na participação da gestão de resíduos urbanos, que quando os enviam para cooperativas de catadores, reduzem a quantidade enviada aos lixões e contribuem para a redução de impactos ambientais, além de colaborarem com o trabalho de famílias que compõem as cooperativas e que sobrevivem com a venda dos materiais recicláveis. Santos, Souza e Barbosa (2005) também relatam o cuidado com a destinação desses resíduos, pois alguns estabelecimentos, incluindo hotéis, jogam resíduos líquidos nos rios e lagos e isso pode ser prejudicial à saúde da população local e ao meio ambiente, além dos turistas.

A última subcategoria desta categoria analisada é a Preservação do Meio Ambiente, que foi unânime nas falas de todos os meios de hospedagem, podendo ser resumidas no seguinte trecho:

Procuramos alinhar os quartos de frente para o mar, para aproveitar a ventilação e a iluminação natural, além da belíssima vista. Quanto às práticas de recuperação ambiental, a empresa prioriza

a não retirada da vegetação original que são os coqueiros e cajueiros, e o pouco que retiramos, plantamos outros na parte da frente do hotel, como você pode ver, e trouxemos ainda outras plantas para deixar o ambiente mais verde (H02).

Os outros meios de hospedagem relataram que também priorizaram a ventilação e iluminação natural. Já nas práticas de recuperação ambiental, os que tinham vegetação original priorizaram não retirar. E quando se fazia necessária a remoção, compensavam com novas plantações. Também houve plantio por unidades que apresentavam pouca vegetação antes da construção, com a finalidade de tornar o lugar mais agradável. A construção sustentável com uso da ventilação e iluminação natural agrega benefícios ambientais que se traduzem em ganhos econômicos, de redução de custos e manutenção das edificações (Casado, 2010).

Categoria Cultura

A Categoria Cultura também apresenta três subcategorias, Preservação da Diversidade Local, Valorização da Cultura Local e Produtos Típicos da Região. A primeira emergiu nas falas de representantes dos seguintes meios de hospedagem:

Não, quando a empresa foi instalada, houve toda uma preocupação em nos inserirmos na comunidade local e conhecermos seus desafios e saberes, onde tudo o que fazemos leva isso em conta (P04).

Não, com certeza o impacto é grande, a transformação de uma vila de pescadores para um destino turístico é um impacto bastante grande. A realidade da Barra Grande em dez ou quinze anos atrás mudou drasticamente e em diversos aspectos, coisas boas que o turismo trouxe e muitas outras coisas que já não são tão legais que você já falou da violência da droga e essa desigualdade social. Que é uma coisa que a gente se preocupa bastante aqui, é o de sempre estar integrado à comunidade e tá tentando ver o lado de quem nasceu aqui, e não o lado de quem está chegando de fora e quer modificar o ambiente. A gente quer ajudar e estamos juntos com eles para somar (CC01).

Na outra parte de meios de hospedagem pesquisados, não se sabe dizer se houve a preservação da diversidade local e se os costumes e tradição foram afetados pela chegada dos meios de hospedagem. Segundo Santos, Souza e Barbosa (2005) o desenvolvimento da hotelaria em consonância com o respeito à sustentabilidade, particularmente a preservação do meio ambiente e da cultura local é um dos principais desafios para os planejadores hoteleiros da atualidade. Com as respostas, podemos perceber a dificuldade que os meios de hospedagem têm em identificar sua interferência na cultura local.

Dentro da Categoria Cultura, a segunda subcategoria que emergiu do campo foi a Valorização da Cultura Local, o que foi bem relativo para cada estabelecimento:

Temos como prioridade à contratação de mão de obra local, mas existe pessoas de cidades circunvizinhas, valorizamos a prática do kitesurfe, que é algo já da região. Fazemos divulgação e valorização da cultura local por meio de redes sociais. Apoia e patrocina eventos de cunho sociocultural e entidades locais. Divulgamos o artesanato local, expondo os produtos e informando sobre centros artesanais existentes na região. E o hóspede também pode saborear das especialidades regionais do nosso Menu. E priorizamos a aquisição de produtos de fabricação local para abastecimento das diversas áreas da Pousada. Mas os nativos conseguem fornecer em torno de 20% de insumos, o restante é comprado fora. (P02)

Sempre gente aqui da região, inclusive já veio currículo de gente de Fortaleza, de São Paulo e ele não contratou, nós somos todos aqui da região. Sempre retratamos ao turista, que todas as ruas são de areias, que ele pode ir a todo local caminhando. Retratamos o forró pé-de-serra que tem todas as segundas. E compramos pães, bolos, hortifruti, tudo aqui na região mesmo. (P03)

Priorizamos a contratação e a capacitação de pessoas da comunidade local, que passam a fazer parte da nossa história e crescerem conosco, com um design desenvolvido com funcionários e artesãos locais, os pratos feitos por chefs renomados, em parceria com as cozinheiras locais, e a escolha de materiais para cadeiras e luminárias são descobertas da própria equipe. [...]. Atuamos

junto à associação Eu Amo Jeri nos processos de reciclagem e preservação, com isso realizamos mutirões para limpeza das praias da região e organizamos grupos para repintar os muros da Vila de Jericoacoara. Também convidamos artistas da região para se apresentarem na pousada, assim, nossos hóspedes podem sentir ainda mais o gostinho da terra e valorizar ainda mais esse local. (P04)

Os meios de hospedagem H01, P01, R01 e FA01, desenvolvem ações de valorização da cultura local, por meio da contratação de mão de obra local, compra de alguns insumos da própria região, mas desenvolvem poucas ações quanto à valorização de obras de artesões locais e o resgate dos valores da comunidade local. E os meios de hospedagem CC02 e H02 não contratam mão de obra da região, e não desenvolvem ações de valorização da cultura local. Segundo Sachs (2002), as ações de valorização da cultura local representam o equilíbrio entre respeito à tradição e inovação.

A subcategoria Produtos Típicos da Região aparece na fala da maioria, a exemplo de P04, CC01, CC02, P03; sendo perceptíveis a opção por móveis e alimentação regionais:

As acomodações são únicas, com decorações em materiais regionais e artesanatos para valorizar a cultura local. (P04)

A maioria dos móveis foram feitos aqui no hostel mesmo, como as camas, os banquinhos, essas cadeiras e o restante é tudo aqui da região do Piauí mesmo. Na parte de alimentação regional utilizamos produtos da região, como queijo e hortifrutí. (CC01)

As camas dos quartos foram construídas aqui na região mesmo, assim como as redes espalhadas pelo estabelecimento, a construção mesmo do restaurante foi usando palha e carnaúbas. (CC02)

Sim, todos produzidos. Inclusive foram produzidos aqui mesmo, dentro da pousada, o próprio dono que fez junto com outras pessoas. Compramos pães, bolos, hortifrutí, tudo aqui na região mesmo. (P03)

Na observação dos pesquisadores, o meio de hospedagem R01 procurou unificar as tecnologias com as coisas da região, e os H01, H02 e FA01 utilizam móveis trazidos de outras regiões, não valorizando assim a decoração rústica da localidade, como pode ser visto em suas falas:

Nossos móveis e decoração vieram todos da capital. (H01)

A decoração e os móveis do empreendimento são sofisticados, modernos, de classe e exclusivo, e tudo veio da capital Fortaleza. (H02)

A nossa decoração é luxuosa e privilegia o conforto do hospede em todos os sentidos, por isso ela veio toda de fora. (FA01)

Quanto ao tema produtos típicos da região, os meios de hospedagem objetos do estudo demonstram a preocupação de estarem inseridos na cultura local e em evidenciá-la para dentro do seu negócio como forma de valorizar a região na qual está instalado. Foi encontrado artesanato local em diversos locais (em 90% deles). Sendo que em apenas um dos meios de hospedagem, localizado em Jericoacoara, havia uma decoração moderna que não contemplava nada típico da região.

Comparação dos locais estudados

Ao compararmos os dois locais estudados, pudemos observar, pelas falas dos sujeitos da pesquisa, que os estabelecimentos do Piauí apresentam uma forte parceria com o Sebrae da região, o qual desenvolve capacitações e consultoria nas mais diversas áreas, mostrando que essas empresas têm um suporte que auxilia no desenvolvimento econômico e sustentável das empresas. Também podemos relatar que, nos dois locais, existe uma deficiência da participação dos órgãos responsáveis pelas Unidades de Conservação, com um trabalho de prevenção à degradação do meio ambiente, proporcionando palestras

e reuniões, nas quais demonstrem parcerias com os meios de hospedagem, para tornar essa relação sustentável, visto que os estabelecimentos são os principais responsáveis pelos impactos ambientais gerados para o turismo de cada local.

Alguns meios de hospedagem em Barra Grande reclamaram de deficiências de políticas públicas municipais, por exemplo, sobre a falta de água na região. Entendem que a Prefeitura deveria melhorar essas Políticas Públicas com o intuito de tornar mais sustentável o turismo da região, para além da preocupação focada apenas no desenvolvimento econômico.

Em Jericoacoara, alguns meios de hospedagem relataram a ausência do ICMBio na preservação de alguns pontos turísticos que estão sucumbindo, como a “duna do pôr do sol”, que está cedendo, e o “mangue seco”, no qual foi aberta estrada em seu interior, fazendo necessário assim Estudos de Impactos Ambientais para uma melhor gestão e conservação dessas atrações turísticas.

Dentre os meios de hospedagem estudados, os mais antigos se encontram em Jericoacoara, sendo eles, o P03 com mais de 25 anos e P04 com mais de 17 anos. Isso pode ser justificado porque o turismo da localidade começou a ser reconhecido mundialmente em 1994, em uma reportagem do Washington Post Magazine, como uma das dez mais belas praias do mundo (Herculano, 2014). Já em Barra Grande, o P01 tinha 12 anos. De acordo com Macêdo e Ramos (2013), o turismo dessa área começou a ser reconhecido nacionalmente a partir do ano 2000, com a vinda de investidores para a construção de meios de hospedagem.

Portanto, diante das considerações, entende-se que o desenvolvimento do turismo sustentável é uma necessidade real para a economia local destas comunidades, assim como evidenciado em outros estudos (e.g. Câmara, Pinto, Silva, Soares & De Paula 2021; Ribeiro, Souza, Domingues & Magalhães, 2020). Como uma das dimensões da sustentabilidade, o desenvolvimento econômico é uma das principais preocupações da região Nordeste do Brasil, uma vez que sua economia possui uma matriz pouco diversificada e, muitas vezes, essas atividades são altamente relacionadas (Araújo, Ramalho & Melo, 2020; Ribeiro, Ribeiro, Silva, Andrade & Souza, 2017; Nicolodi et al., 2021; Mendes, 2009). Por exemplo, Câmara et al. (2021) explicam que setores como alimentação e hospedagem, os quais se beneficiam do turismo na região, podem ser altamente impactados pela sazonalidade e eventos extremos.

Pela ótica da dimensão social, está também aí um desafio para a região, visto que o Brasil sofre com o agravante da alta desigualdade regional e significativos níveis de pobreza, tendo as regiões Norte e Nordeste como protagonistas. Por isso, o turismo serve como um dos principais impulsionadores da economia local (Haddad, Porsse & Rabahy, 2013).

Destaca-se, ainda, que o papel do turismo no desenvolvimento da economia local é ainda preocupante em Unidades de Conservação, as quais são territórios especiais para proteção da biodiversidade, assim como podem servir para outros fins sociais e econômicos (Brandão, Malta & Schiavetti, 2017; Santos, 2018). Por isso, a exposição dessas áreas a atividades econômicas pode intensificar sua vulnerabilidade, sendo necessário integrar os princípios-chave da sustentabilidade na política e planejamento territorial para conter o estado suscetível (Herbert, 1998).

Em relação à dimensão cultural, há que se atentar para a preservação e o incentivo às culturas locais, que podem ser negativamente afetadas pela presença de representantes de culturas diferentes. Menezes (2002) entende que o turismo pode ser motivo de renovação ou de pasteurização cultural. A renovação se dá pelo respeito à dimensão plural da cultura; a pasteurização pela submissão ao mercado.

Para todas as quatro dimensões da sustentabilidade, ressaltando principalmente o meio ambiente e aspectos culturais, deve-se ater que estas áreas especiais existem ao longo da região Nordeste e, mesmo em proximidade territorial, possuem características díspares. Este tipo de Unidade de Conservação (APAs), são áreas de múltiplo uso com menores restrições às atividades humanas, quando comparada a

outros tipos de UCs (ex. Reservas Extrativistas - Resex). Naquela, existe uma maior diversificação quanto aos tipos de atividades, permitindo a produção de forma economicamente viável (Schiavetti et al., 2013). Portanto, devido à menor restrição comercial dos tipos de empreendimentos licenciados na região (ex. Resorts e intensa atividade imobiliária) e a baixa efetividade da gestão no Nordeste do Brasil (ex. problemas de urbanização), essas áreas perdem seus valores ambientais e, conseqüentemente, comprometem sua suscetibilidade. Ademais, com a migração desses grandes empreendimentos, os costumes, as tradições e a preservação da diversidade local podem sofrer impactos pela transmissão dos valores culturais, permitindo o avanço de uma hegemonia cultural e, por sua vez, sucumbindo os valores e tradições locais (Santos, Souza & Barbosa, 2005).

Finalmente, conclui-se que atualmente o maior desafio nas áreas protegidas, como as unidades de conservação objetos deste estudo é a gestão desses espaços de uso compartilhado, sendo visível a conscientização que os gestores têm sobre a necessidade de implantar procedimentos de gestão ambiental, o que de certa forma contribui para uma forma pontual nas ações desenvolvidas nesses meios de hospedagem. Este estudo revela o desafio de implantação de um modelo teórico através das práticas sustentáveis, demonstrando que as empresas estão aquém de uma gestão de negócios socioeconômica, desalinhadas à identidade cultural local e ao meio ambiente no qual estão inseridas. As empresas se comprometem na implantação do modelo até onde os requisitos legais e políticos permitem, não se alinhando à condição de se permitir a Responsabilidade Social Corporativa (RSC), que vai além dos requisitos legais (Tachizawa, 2004).

Considerações finais

Atualmente, o maior desafio nas áreas protegidas, como as unidades de conservação objetos deste estudo é a gestão desses espaços de uso compartilhado. O objetivo geral da pesquisa foi alcançado, quando identificou nos meios de hospedagem objetos de estudo, estabelecidos na Barra Grande (PI) e Jericoacoara (CE), as práticas de sustentabilidade adotadas sob a ótica das quatro dimensões: econômica, social, ambiental e cultural. Sendo visível a conscientização que os gestores têm sobre a necessidade de implantar procedimentos de gestão ambiental, o que de certa forma contribui para as ações desenvolvidas nesses meios de hospedagem. Quanto aos perfis dos meios de hospedagem implantados dentro das unidades de conservação, podem-se evidenciar cinco dos sete tipos existentes: Hotel; Resort; Cama e Café; Pousada e Flat/Apart. Além disso, os meios de hospedagem registram desde a existência de empreendimentos mais antigos, com mais de 25 anos, até os inaugurados mais recentemente (a partir do final de 2017), como um da Barra Grande, o que evidencia o crescimento nesses tipos de empresas.

Quanto às práticas de sustentabilidade desenvolvidas nos meios de hospedagem, foram identificadas as diferenças nas práticas de gestão ambiental, sendo que o maior problema relatado foi o descarte do lixo. Apesar de todos os respondentes terem consciência da importância da preservação ambiental, e falarem com tranquilidade sobre sustentabilidade, quando se trata das práticas sustentáveis, somente dois meios de hospedagem apresentam de forma sistemática esse desenvolvimento. A maioria dos meios de hospedagem apresenta práticas de algumas ações pontuais. Portanto, os achados deste estudo evidenciam que, das dimensões de sustentabilidade implementadas nos meios de hospedagem, a dimensão ambiental é a que se encontra mais estruturada, na maioria deles, pois apresenta práticas de redução do consumo de energia e água e preservação do meio ambiente. Quanto à dimensão cultural, somente três meios de hospedagem desenvolvem ações efetivas na busca de preservação e valorização da cultura local. Os demais desenvolvem ações pontuais com relação a essa dimensão. As dimensões social e econômica foram as que tiveram a menor quantidade de práticas implementadas dentro dos meios de hospedagem, sendo, respectivamente, a contratação com formalidade e a falta de diálogo entre os atores das Unidades de Conservação, unânimes nas falas dos meios de hospedagem. Evidenciou-se também a deficiência da participação dos órgãos responsáveis pelas Unidades de Conservação, tanto em Barra Grande quanto em Jericoacoara, que prescindem de ações de preservação e recuperação do meio ambiente, além de iniciativas como palestras e reuniões de educação e esclarecimento.

Em termos de contribuição teórica, os achados agregam à literatura de gestão de negócios e de desenvolvimento sustentável, no contexto do modelo de quatro dimensões da sustentabilidade. Através dos achados, pode-se interpretar que as medidas desempenhadas pelas empresas no geral não condizem com as dimensões do modelo teórico. Além disso, existe uma clara relação desigual entre estas dimensões, uma vez que o aspecto ambiental, a princípio, mostra-se mais estruturado e evidente na gestão das empresas, mas as ações se relevam, sumariamente, na redução do consumo e preservação do meio ambiente. Isto é, na primeira, há um claro interesse em redução de custo e, na segunda, atender as exigências legais. Em paralelo, o descarte de lixo, que ainda é um desafio para a planejamento e gestão urbana do Brasil, devido à fragilidade na fiscalização e na aplicação de sanções, não era adotado como uma prática sustentável comum às empresas. Enquanto na dimensão cultural, os entrevistados relatam esforço na familiarização com cultura das comunidades, mas, quando questionados exemplos cotidianos, não sabem identificar sua interferência na cultura local, seja na contratação de mão de obra da própria comunidade, seja na decoração de interiores com ambientação nos costumes regionais.

Ressalta-se que dentre as limitações visualizadas neste trabalho, os resultados não podem ser generalizados, pois referem-se aos meios de hospedagem localizados especificamente em áreas de preservação ambiental. Por fim, percebe-se que outras pesquisas realizadas em outras unidades de conservação poderiam aprofundar os achados desse estudo, com questões de sustentabilidade ambiental de empresas em unidades de conservação.

Referências

- Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR – IEB). (2002). *Pólos de Ecoturismo Planejamento e Gestão*. Guilherme Wendel de Magalhães coordenador. São Paulo: Terragraph.
- Almeida, F. (2002). *O bom negócio da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Nova fronteira. 101p.
- Amazonas, I. T. (2014). *Gestão ambiental na hotelaria: tecnologias e práticas sustentáveis aplicadas nos hotéis de Joao Pessoa – PB*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), RN, Brasil.
- Araújo, M. E. D., Ramalho, C. W. N., & Melo, P. W. D. (2020). Artisanal fishers, consumers and the environment: immediate consequences of the oil spill in Pernambuco, Northeast Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*, 36, e00230319. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00230319>
- Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). (2006). *Meios de hospedagem - Sistema de gestão da sustentabilidade - Requisitos*. Recuperado de: <http://www.abnt.org.br/noticias/3013-meios-de-hospedagem-sistema-de-gestao-da-sustentabilidade-requisitos>
- Barbosa, F. F. (2005). O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional/Tourism as a local and/or regional development factor. *Caminhos de Geografia*, 6(14).
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Ed. 70.
- Bellen, H. M. V. (2004). Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. *Ambiente & Sociedade*, 7(1), 67-87.
- Bensusan, N. (2006). *Conservação da biodiversidade em áreas protegidas*. Rio de Janeiro: FGV Editora. 176p.
- Brandão, C. S., Malta, A., & Schiavetti, A. (2017). Temporal assessment of the management effectiveness of reef environments: The role of marine protected areas in Brazil. *Ocean & Coastal management*, 142, 111-121. <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2017.03.015>
- Câmara, S. F., Pinto, F. R., da Silva, F. R., de Soares, M. O., & De Paula, T. M. (2021). Socioeconomic vulnerability of communities on the Brazilian coast to the largest oil spill (2019–2020) in tropical oceans. *Ocean & Coastal Management*, 202, 105506. <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2020.105506>
- Câmara, R. D. J. B., Reis, R. R., & Lima, R. N. (2020). Turismo sustentável: perspectiva socioambiental como geração de valor em empreendimentos hoteleiros de Barreirinhas (MA). *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, 13(1).

- Casado, M. (2010). *Introdução à construção sustentável*. Recife: UNIP pós graduação (apostila).
- Centeno, C. R. (2014). *Gestão Ambiental em Meios de Hospedagem*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Centro Universitário Metodista IPA - Graduação em Turismo com ênfase em Hotelaria, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS). (2002). *II Workshop de Certificação do Turismo Sustentável*.
- Corrêa, R. (2009). *Níveis taxonômicos de gestão ambiental: um estudo de caso dos equipamentos hoteleiros estabelecidos na APA Delta do Parnaíba*. (Dissertação de Mestrado). 107fls. Universidade de Fortaleza (Unifor), Fortaleza, Brasil.
- Damas, M. T. (2020). *Turismo Sustentável: Reflexões, avanços e perspectivas*. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, 13 (2), 310-327.
- Decreto n. 1.922, de 29/08/1996. (1996). Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, nos Estados do Piauí, Maranhão, e Ceará, e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado de: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/121356/decreto-96>
- Decreto s/nº de 04 de fevereiro de 2002. (2002). Cria o Parque Nacional de Jericoacoara, redefine os limites da Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara, no Estado do Ceará, e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado de: https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/3287_20180412_134501.pdf
- Elkington, J. (2012). *Canibais com garfo e faca*. São Paulo: Makron Books.
- Erdogan, N., & Baris, E. (2007). Environmental protection programs and conservation practices of hotels in Ankara, Turkey. *Tourism Management*, 28(2), 604-614.
- Felix, V., & Santos, J. (2013). Proposta de uma metodologia de avaliação de desempenho ambiental para o setor hoteleiro. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, 7(4). 33-53.
- Ferreira, J. L. (1999). *A variável ambiental como componente na classificação da qualidade dos serviços – hotelaria*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed.
- Gandara, J. M. G. (2002). *Hotel es sostenibles para destinos sostenibles – localidad hotelera como instrumento para a la sostenibilidad*. Recuperado de: <http://www.esade.edu/cedit2003/pdfs/gandarajm.pdf>
- Guaryassu, S. M. D. S. (2003). Gerenciamento de áreas de proteção ambiental no Brasil. *Curitiba, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza*.
- Haddad, E.A., Porsse, A.A., Rabahy, W.A., 2013. Domestic tourism and regional inequality in Brazil. *Tourism Econ.* 19 (1), 173–186. <https://doi.org/10.5367/te.2013.0185>
- Herbert, C. (1998). Sustainable development: Some legal strategies for a small Island state. *Commonwealth Law Bulletin*, 24(1-2), 563-594.
- Herculano, D. (2014). *Jornal americano elege Jericoacoara como a 4ª melhor praia da Terra*. Recuperado de: <http://tribunadoceara.uol.com.br/diversao/turismo/jornal-americano-elege-jericoacoara-como-4a-melhor-praia-da-terra/>
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). (2017). *Carta Imagem*. Recuperado de: <http://www.ibama.gov.br/siucweb/listaUcCategoria mapas/foto.htm>
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). (2017a). *APA do Delta do Parnaíba*. Recuperado de: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/>
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). (2017b). *Parque Nacional de Jericoacoara*. Recuperado de: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/>
- Jeronimo, C. E. M. (2013). *Ferramenta de avaliação da gestão ambiental para o segmento hoteleiro*. Connexio-ISSN 2236-8760, 2(2), 65-83.
- Kushwaha, G. S., & Sharma, N. K. (2016). Green initiatives: a step towards sustainable development and firm's performance in the automobile industry. *Journal of cleaner production*, 121, 116-129.

- Landry, C. (2013). *Origens e futuros da cidade criativa*. São Paulo: Editora SESI-SP.
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: UFMG.
- Lei n. 6.902/81, de 27 de abril de 1981. (1981). Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado de: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=6902&ano=1981&ato=5dao3Z610MrRVT52c>
- Lunkes, R. J., & Rosa, F. S. (2012). *Gestão Hoteleira: Custos, Sistemas de Informação, Planejamento Estratégico, Orçamento e Gestão Ambiental*. 1. ed. Curitiba: Juruá.
- Macêdo, E. M., & Ramos, R. G. (2013). O desenvolvimento do turismo em Barra Grande, Piauí (Brasil) e seu significado para a comunidade local. *RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo*, 2(2), 89-107.
- Marangon, M., Presznhuk, R., Sordi, R. F., & Agudelo, L. P. P. (2004). Indicadores de sustentabilidade como instrumento para avaliação de comunidades em crise: aplicação à comunidade de Serra Negra. *Revista Educação & Tecnologia*, 8(1).
- Mattos, F. F., & Irving, M. A. (2003). Delta do Parnaíba nos rumos do ecoturismo: um olhar a partir da comunidade local. *Caderno Virtual de Turismo*, 3(4), 23-35.
- Mendes, J. M. G. (2009). Dimensões da sustentabilidade. *Revista das Faculdades Santa Cruz*, 7(2), 49-59.
- Menezes, U. T. B. (2002). Os “usos culturais da cultura”: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, Eduardo et al. (Orgs.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 3. ed. São Paulo: Hucitec.
- Mensah, I. (2006). Environmental management practices among hotels in the greater Accra region. *International Journal of Hospitality Management*, 25(3), 414-431.
- Minayo, M. C. S. (2004). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. Rio de Janeiro: Abrasco.
- Minayo, M. C. S. (org.). (2010). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis: Vozes. (Coleção temas sociais).
- Ministério do Meio Ambiente (MMA). (2011). *Plano de Manejo do PN de Jericoacoara*. Brasília. 94p. Recuperado de: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Contextualizacao.pdf>
- Moraes, A. G. (2008). Avaliação da gestão ambiental dos hotéis de selva na Amazônia, Brasil. *PASOS — Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, Universidad de La Laguna, Espanha, 6(3), 541-554.
- Nicolodi, J. L., Asmus, M. L., Polette, M., Turra, A., Seifert Jr, C. A., Stori, F. T., ... & Gonçalves, R. K. (2021). Critical gaps in the implementation of Coastal Ecological and Economic Zoning persist after 30 years of the Brazilian coastal management policy. *Marine Policy*, 128, 104470. <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2021.104470>
- Novaes, M. (1997). *O fluxo turístico argentino em Balneário Camboriú (SC): um estudo de 1988 a 1997*. (Tese de doutorado). Doutorado em Turismo, Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, Brasil, 120 p.
- Oliveira, M.F. (2011). *Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração*. Catalão: UFG.
- Organization for Economic Cooperation and Development (OECD). (1993). *Core set of indicators for environmental performance reviews: a synthesis report by the group on the environment*. Paris: OECD.
- Peres Jr, M. R., & de Rezende, D. C. (2011). Gestão da sustentabilidade no segmento hoteleiro: estudo dos meios de hospedagem de Monte Verde, MG. *Caderno Virtual de Turismo*, 11(2), 234-252.
- Pertschi, I. K. (2006). *Gestão ambiental na hotelaria: um estudo da aplicação de indicadores ambientais*. Trabalho apresentado ao IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil.
- Philippi, A. Jr., & Ruschman, D. V. M. (2010). *Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo*. Barueri: Manole. (Coleção Ambiental, v.9).

- Pires, Á. (2008). Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, Jean et al. (org.) *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis RJ: Vozes.
- Ribeiro, L.C.S., Silva, E.O.V., Andrade, J.R.L., Souza, K.B. (2017). Tourism and regional development in the Brazilian Northeast. *Tourism Econ.* 23 (3), 717–727. <https://doi.org/10.1177/1354816616652752>
- Ribeiro, L.C.D.S., Souza, K.B.D., Domingues, E.P., Magalhães, A.S. (2020). Blue water turns black: economic impact of oil spill on tourism and fishing in Brazilian Northeast. *Curr. Issues Tourism* 1–6. <https://doi.org/10.1080/13683500.2020.1760222>
- Sachs, I. (1993). *Estratégias de Transição para o Século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente*. São Paulo: Studio Nobel, Fundap.
- Sachs, I. (2002). *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, P. B. (2012). *Metodologia de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill.
- Santos, C. B. N., Souza, M. T. S., & Barbosa, R. J. (2005). Gestão ambiental em empreendimentos hoteleiros: análise de práticas e de resultados em um estudo de casos múltiplos. *Centro Universitário Nove de Julho (Uninove)*, São Paulo, SP, Brasil.
- Santos, M. C. (2018). *Gestão da sustentabilidade: uma avaliação de meios de hospedagem em unidades de conservação*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Ceará (UECE), Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), CE, Brasil.
- Schiavetti, A., Manz, J., dos Santos, C. Z., Magro, T. C., & Pagani, M. I. (2013). Marine protected areas in Brazil: an ecological approach regarding the large marine ecosystems. *Ocean & Coastal Management*, 76, 96-104. <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2013.02.003>
- Seiffert, M. E. B. (2014). *Gestão Ambiental: instrumentos esferas de ação e educação ambiental*. 3. ed. São Paulo: Atlas.
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). (2017). *CrITÉrios de Classificação de Empresas: MEI - ME - EPP*. Recuperado de: <http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4154>
- Silveira, M. A. T. (1997). Planejamento Territorial e Dinâmica Local: bases para o Turismo Sustentável. In: *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo: Hucitec.
- Shanti, J. (2016). A study on environmental sustainability practices of star hotels in Bangalore. *Asian Journal of Business Ethics*, 5(1-2), 185-194.
- Silva, C. L., & Souza-Lima, J. E. (2010). *Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Saraiva.
- Sistema Nacional de Unidades de Conservação Ambiental (SNUC). (2000). Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.
- Souza, R. L., Oliveira Santos, E., Baptista, M. L. C., & César, P. D. A. B. (2016). Percepção dos hóspedes do Refúgio Ecológico Pedra Afiada (SC): experiência e práticas ambientais. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, 9(1).
- Souza, V. S., Melo, A. S., & Sobral, M. F. F. (2015). A model for the analysis of the efficiency of farm hotels based on sustainability. *Business and Management Review*, 4(4), 01 – 17.
- Souza, V. S., Sobral, M. F., & Melo, A. S. (2015). Práticas socioambientais em hotéis-fazenda do agreste pernambucano sob a perspectiva do cliente. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade* (ISSN 2318-3233), 5(3), 104-130.
- Tachizawa, T. (2004). *Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa*. 8. ed. São Paulo: Atlas.
- Thongkao, A. (2002). *How green is your hotel?: an examination of environmentally friendly practices of the Phuket hotel industry*.
- Triviños, A. N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação*. São Paulo, Atlas, 1987.

Valle, C. E. (2002). *Qualidade ambiental: ISO 14.000*. São Paulo: Editora Senac São Paulo.

Werbach, A. (2010). *Estratégia para sustentabilidade: uma nova forma de planejar sua estratégia empresarial*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre: Bookman.